

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 2.497, DE 2025

Acrescenta o § 8º ao art. 44 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), para explicitar o dever de garantia de acessibilidade em casas noturnas e estabelecimentos destinados à realização de festas e eventos sociais.

Autor: Deputado DUDA RAMOS

Relatora: Deputada ANDREIA SIQUEIRA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.497, de 2025, de autoria do Deputado Duda Ramos, propõe o acréscimo do § 8º ao art. 44 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a fim de explicitar a obrigatoriedade de garantia de acessibilidade em casas noturnas e estabelecimentos destinados à realização de festas e eventos sociais.

Na justificação apresentada, o autor destaca que, embora o caput do art. 44 já estabeleça diretrizes para a reserva de espaços e assentos acessíveis em locais como teatros, cinemas e auditórios – e por extensão em locais de espetáculos –, não há menção expressa a espaços destinados a festas e eventos noturnos, como casas de shows, boates e salões de eventos. Essa omissão, segundo o autor, pode contribuir para a perpetuação da falta de acessibilidade nesses ambientes. O projeto busca, portanto, garantir maior clareza e efetividade à norma, assegurando que esses espaços estejam preparados para receber pessoas com deficiência com segurança, conforto e autonomia, promovendo a convivência social e a plena fruição da vida cultural.



O projeto não possui apensos.

O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Compete a esta Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, nos termos do inciso XXIII do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, manifestar-se sobre o mérito do Projeto de Lei nº 2.497, de 2025, especialmente no que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência.

Neste aspecto, a proposição é meritória.

A ausência de menção expressa a espaços destinados a festas e eventos noturnos – como casas de shows, boates e salões de eventos – no *caput* do art. 44 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência pode resultar, na prática, em interpretações restritivas que comprometem o acesso de pessoas com deficiência a atividades culturais, recreativas e de lazer. Esses ambientes acabam por não ser contemplados de maneira efetiva pelas normas de acessibilidade.

Ao explicitar tais espaços, o projeto em exame corrige essa omissão normativa e reafirma o compromisso da legislação brasileira com o princípio da acessibilidade, previsto tanto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência quanto na própria Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. A modificação proposta fortalece o direito à



participação plena e efetiva em igualdade de condições com as demais pessoas, especialmente no que se refere à vida cultural, ao lazer e à convivência social.

Sem prejuízo do meritório trabalho realizado pelo ilustre Deputado Duda Ramos ao propor a presente proposição, apresento, nesta ocasião, Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.497, de 2025, com o objetivo de garantir maior eficácia à norma proposta.

O substitutivo evita a criação de um dispositivo adicional, incorporando expressamente a obrigação de garantir acessibilidade diretamente ao *caput* do art. 44 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Ao proceder dessa maneira, assegura-se maior efetividade ao direito previsto, uma vez que a disposição passa a constar do núcleo principal do artigo, e não em um parágrafo isolado.

Além disso, tal solução está em consonância com a Súmula nº 3 desta Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que recomenda expressamente evitar a multiplicação de dispositivos legais sobre o mesmo tema, como forma de promover maior simplificação, acessibilidade e efetividade à produção legislativa.

Ante o exposto, voto pela *aprovação* do Projeto de Lei nº 2.497, de 2025, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada ANDREIA SIQUEIRA
Relatora



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.497, DE 2025

Altera o art. 44 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), para explicitar o dever de garantia de acessibilidade em casas noturnas e estabelecimentos destinados à realização de festas e eventos sociais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o art. 44 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), para explicitar o dever de garantia de acessibilidade em casas noturnas e estabelecimentos destinados à realização de festas e eventos sociais.

Art. 2º O *caput* do art. 44 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44. Nos teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, casas noturnas e locais destinados a festas, eventos sociais, espetáculos, conferências e atividades similares, serão reservados espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência, de acordo com a capacidade de lotação da edificação, observado o disposto em regulamento.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada ANDREIA SIQUEIRA



Relatora

